

UM COICE DA PESADA: A LINGUAGEM VIOLENTA COMO REFLEXO DA VIOLÊNCIA DA SOCIEDADE EM “O TRONCO” DE BERNARDO ELIS

Joélio de Jesus DIAS¹
Antônio Ponciano BEZERRA²

Resumo: O presente artigo propõe um estudo da violência através da análise das falas e gestos das personagens da obra “O Tronco”, de Bernardo Élis, com a finalidade de caracterizar a linguagem violenta na vida do homem social, em um recorte temporal, pois a obra estudada trata de uma representação do interior de Goiás no final do século XIX, na época do “coronelismo”. Ao coletar os discursos e atos violentos das personagens esta pesquisa apropriou-se de um caráter descritivo e explicativo, levando-nos a compreensão do que a violência significa na vida do homem. Para este fim, observamos pressupostos da Antropologia Linguística e debruçamos em alguns teóricos, entre eles, Odália (1983), Dadoun (1988) e Preti (1989) que dissertaram acerca da origem e formas de violência. Verificou-se que a obra analisada utiliza o lúdico ao se revestir de um caráter de denúncia, o qual usa a linguagem agressiva para expor uma realidade observada, perpassando valores e costumes que caracterizam um povo e seus ideais, ajudando-nos a conceber a violência como algo inerente ao homem e sua constituição.

Palavras-chave: Linguagem; Violência; Antropologia linguística.

Abstract: The present article proposes a study of violence through the analysis of the speeches and gestures of the characters of the work "O Tronco", by Bernardo Élis, with the purpose of characterizing the violent language in the life of the social man, in a temporal perspective, since the work studied is a representation of the interior of Goiás in the late nineteenth century, in the era of "coronelismo". In collecting the speeches and violent acts of the characters, this article took advantage of a descriptive and explanatory character, leading us to the understanding of what violence means in the life of man. To this end, we observe the assumptions of Linguistic Anthropology and we focus on some theorists, among them, Odália (1983), Dadoun (1988) and Preti (1989) who wrote about the origin and forms of violence. It was verified that the work analyzed uses the ludic when clothed with a character of denunciation, which uses aggressive language to expose an observed reality, permeating values and customs that characterize a people and their ideals, helping us to conceive violence as something inherent to man and his constitution.

Keywords: The Trunk; Forms of violence; Linguistic anthropology.

¹ Graduação em Letras Português pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Pós-graduando em ensino de língua portuguesa e diversidade linguística pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe desde 2017. E-mail: Joelio_dias@hotmail.com

² Pós-Doutorado pela Universidade de Lisboa (1986). E-mail: ponbez@bol.com.br

Introdução

O artigo em pauta analisa as formas de violência apresentadas na linguagem das personagens da obra “O Tronco”, de Bernardo Élis, identificando, através de seus discursos, ações e gestos, como a violência física, psicológica e simbólica se configuram no romance e a contribuição dos pressupostos da Antropologia Linguística para se pensar a linguagem violenta das personagens.

Ao debruçarmos na caracterização da linguagem observamos os ideais de domínio e poder através de uma pesquisa com propósito descritivo, explicativo, cujo procedimento teórico é constituído de referências bibliográficas, primando pelo encadeamento lógico de evidências dos dados coletados em texto literário fundamentado por teóricos da Antropologia Linguística.

Diante disso, como qualificar o escritor Bernardo Élis e sua obra “O Tronco”? o que torna a linguagem literária violenta e como ela se configura física, psicológica e simbolicamente no romance analisado? e de que modo os pressupostos da Antropologia Linguística contribuem para se pensar a linguagem violenta das personagens são algumas questões que responderemos neste artigo.

Inicialmente partimos da caracterização teórica da violência como algo inerente ao homem. Nesse sentido Odália (1983, p.14) afirma que:

Não se pode deixar de reconhecer que uma das condições básicas da sobrevivência do homem, num mundo natural hostil, foi exatamente sua capacidade de produzir violência numa escala desconhecida pelos outros animais (ODÁLIA, 1983, p.14).

Também nos embasamos nas prerrogativas de Dadoun (1998) no qual em *A violência - ensaio acerca do “homo violens”* caracteriza os tipos de violência, surgimento, percurso e relação com o “poder”. Para Dadoun (1998, p.52):

pensar é um ato violento; e sua *função cultural*, que visa equipar o sujeito com modelos de comportamento, sensibilidade e compreensão graças aos quais se efetuará sua integração na sociedade; uma *violência cultural*, multiforme e de pressão constante, é requerida para que o sujeito, pluralidade anárquica, alcance, se conseguir, o status social de pessoa unificada e reconhecida. (DADOUN 1998, p.52)

Ainda para a realização deste estudo, selecionamos as teorias de Preti (1989), o qual em seu livro *Análise de Textos Oraís* apresenta as relações do escrito com a realidade observada:

O léxico reflete a condição dinâmica da língua. Na sua contínua renovação para representar a diversidade material e ideológica mundo, é o léxico, mais do que qualquer outro campo da língua, que exprime melhor a mobilidade das estruturas sociais. (PRETI, 1989, p.157)

Diante do exposto, observaremos como a linguagem violenta está presente nas personagens de “O Tronco” e o que a mesma significa e como a Antropologia Linguística

nos auxilia na compreensão da mesma. Para melhor entendimento partiremos da contextualização de Bernardo Élis e “O Tronco”.

O tronco de Bernardo Élis: contextualização do autor e obra

Considerado um dos principais renovadores do romance regionalista brasileiro, o contista, romancista e poeta Bernardo Élis (1915-1997) foi advogado e professor. Filho do poeta Érico José Curado e de Marieta Felury Curado, sob inspiração de Afonso Arinos, escreveu seu primeiro conto aos 12 anos. Na sua literatura, capturou a vida rural do interior de Goiás, ratificando as práticas do homem camponês no oeste brasileiro, sua alienação e ideologia ao tempo que o descrevia em situações de violência ou morte.

A dinâmica social e as características das variantes linguísticas do homem camponês ou provinciano no oeste brasileiro de Goiás receberam grande relevância em seus escritos, pois, dessa forma, o autor resgatava sua infância, na qual presenciou a dominação das oligarquias de Goiás o que, talvez, tenha o motivado a recriar ficcionalmente em “O Tronco” acontecimentos verídicos, passados no norte do antigo estado de Goiás, atual Tocantins, entre 1917 e 1918, denunciando aspectos da sociedade do Centro-oeste brasileiro.

Editada em 1956 e vista como uma das principais obras de Bernardo Élis, “O Tronco” é o seu primeiro romance e o quarto livro que somado às coletâneas de contos *Erarmos Gerais (1944)* e *Verâncio e Janeiro (1966)* constituem suas obras de maior destaque.

Com narrador onisciente, em terceira pessoa, “O Tronco” apresenta em quatro capítulos digressivos: o inventário, a comissão, a prisão e o assalto, a busca descomedida pelo poder numa pequena cidade do interior de Goiás entre a família do coronel Pedro Melo e o juiz Valério Ferreira, representando os coronéis do norte do Estado e os grandes fazendeiros do sul de Goiás que comandam o governo.

Observada como a grande metáfora da obra, o “inventário” constitui o primeiro capítulo o qual tanto inventaria a subcondição social que vivem a maioria das personagens como também dialoga com o inventário físico, forjado por Artur Melo referente a viúva de Clemente Chapadense, morto em emboscada, cujos bens, em sua maioria, não foram arrolados causando indignação em Vicente Lemes, protagonista da história e funcionário do governo de coronéis, que solicita revisão do inventário, instaurando um processo. Assim, em parte, Lemos demonstra o objetivo a que fora enviado: combater o domínio absoluto do patriarca Pedro Melo, cujo filho Artur é ex-deputado e ex-aliado dos coronéis da região sul.

Ofendidos, os Melos invadem o cartório e com seus capangas levam o processo, motivando Vicente e o juiz Valério a escrever uma carta denúncia ao governo do estado, ao tempo que abandonam a cidade com a promessa de só retornar quando a situação for retificada pelo governo.

Assim, o governo envia tropas. Com excessão de Artur, todos são presos. O juiz Ferreira foge da região, deixando sua tropa e os cidadãos a mercê do fogo cruzado de jagunços e soldados, que caracterizam o trágico da obra, ganhando importância primária juntamente com a imobilização dos familiares do coronel Pedro Melo num tronco.

Dessa forma, o título “O Tronco” não apenas se refere a um objeto de tortura, de opressão e silenciamento, como também pode ser visto como uma metáfora da repressão, da injustiça social, do abuso de poder das autoridades constituídas em relação às classes menos favorecidas.

Se, por um lado, os cangaceiros, ao se deslocarem para o interior do país, tornaram-se veículos de opressão, diante das disputas dos “coronéis” latifundiários, por outro lado, não muito diferente, a polícia a mercê dos grupos políticos dominantes, agiram com extrema crueldade, todos “unidos” em ceifar centenas de vidas inocentes.

Nessa disputa, os mais fracos e oprimidos são os que defendem “a lei”, sendo menosprezados pelos inconsequentes ditadores políticos. Assim, os coronéis, líderes políticos, jagunços, policiais e moradores da Vila do Duro (atual Dianópolis) compõem o núcleo central da trama, cujas falas perpassam, de modo recorrente, a multimodalidade da linguagem violenta, razão, de caracterizarmos, a seguir esse tipo de linguagem e como a Antropologia Linguística enriquece seu entendimento.

A violência da linguagem ou a linguagem violenta

Considerada uma variável indetificadora de indivíduos ou grupos sociais, a linguagem pode ser manifestada de diversos modos nas mais diferentes situações. Igualmente, a linguagem violenta é uma marca identificadora de indivíduos ou grupos sociais. Nesse sentido Preti (1989, p.56) diz:

Numa escala cultural decrescente, poderíamos chegar até a falar numa norma vulgar, que regularia a linguagem das pessoas analfabetas, dos marginais (ou daqueles que se querem fazer passar por tal), enfim de pessoas de cultura inferior, vindas das classes economicamente mais baixas. (PRETI 1989, p.56)

Entendemos o que Preti chama de ‘norma vulgar’ como representando a linguagem violenta, regional e rudimentar, repleta de neologismos e sotaques, próprios do homem interiorano do Centro-oeste brasileiro. Podemos inferir, dessa forma, que a linguagem violenta das personagens em “O Tronco” atua como caracterizadora dos grupos sociais que seus personagens representam, mencionados anteriormente.

Sobre a recorrência da linguagem violenta nas relações interpessoais Dadoun (1998, p. 45) menciona que não há uma palavra, um gesto, objeto ou instante que não encubra, às vezes imperceptivelmente, um grão de violência, o que, por sua vez, nos faz inferir que o curso natural da existência humana, do nascimento à morte relaciona-se com inúmeras formas de violência, demonstradas pela linguagem. Nesse sentido, as etapas que culminam na violência são ratificadas por Dadoun (1998, p.12) ao afirmar que:

todo sinal extremo, ou de algum modo excessivo, implica uma pressão, uma coação, uma força – resumindo uma violência. Ao apresentar reunidos, como *figuras extremas*, elementos distintos tais como Gênese, Extermínio e Terrorismo, queremos mostrar até onde pode ir e a quais extremos conduz a obra da violência. (DADOUN 1998, p.12)

Para Dadoun (1998), as desigualdades observadas no âmbito sócio-cultural resultam no que ele chama de “sinal extremo”, ou costumes e hábitos que em si são uma forma de violência e que mostram “até onde o homem pode ir” a utilizando como meio. Essas disparidades sociais, evidenciam costumes, às vezes, condicionados por lei, que representam não somente desigualdades das relações, mas a sobrevivência do homem. Nesse sentido, Odália (1983, p.52) diz:

a crença de que o poder era um direito divino, não basta mais para que os homens caíam de joelhos, temerosos e reverentes. O processo de

democratização de poder, que envolveu principalmente uma maior participação popular nos meios de se a ele aceder, trouxe consigo a necessidade de novas formas de repressão, tanto para fraudar aquela participação, quanto para a apresentação do poder. (ODÁLIA 1983, p.52)

A ideologia de poder e dominação move as personagens representativas da liderança social que em sua busca do exercício do domínio utilizam, cada vez mais, “novas formas de repressão”. Referente à violência que oprime estruturas sociais, culturais e econômicas, Odália (1983, p. 76) afirma que:

A chamada violência me parece como algo excessivamente fluido para que possa ser caracterizada objetivamente. O que sei é que ela pode expressar-se tanto pelo atentado político individualizado, pelo terrorismo contra grupos, por lutas armadas, greves, quanto por ações de grupos ou indivíduos que antes expressam suas frustrações e confusões ideológicas e mentais do que propriamente suas convicções políticas de transformação social. (ODÁLIA 1983, p. 76)

Ao usar a linguagem violenta para mediar relações entre indivíduos e grupos dominadores “O Tronco” dialoga com o que Odália (1983) chama de expressões frustradas e confusões ideológicas manifestadas, não somente pela linguagem, mas também pelo comportamento e ações denominados “terrorismos contra grupos, por lutas armadas(...) por ações de grupos ou indivíduos”.

Voltada ao estudo do papel das línguas e seu uso, a Antropologia Linguística se baseia, especialmente, nas disciplinas das quais constituem seu nome: a Antropologia e a Linguística, privilegiando a forma do homem se comunicar e seus valores sociais. “Nesse sentido, (DURANTI, 2001) nos lembra que o uso da língua é mediado culturalmente. Conforme o autor:

Se quisermos compreender o papel da língua na vida das pessoas, precisamos ir além do estudo de sua gramática e entrar no mundo da ação social, onde as palavras são encaixadas e constitutivas de atividades culturais específicas[...]”. (SOUZA, 2005, online)

Assim, a violência adquire, no âmbito social, um caráter de aceitação e naturalidade, pois Odália (1983, p. 14) observa que aos poucos, ela perde sua forma natural de defesa para ser uma decorrência da maneira pela qual o homem passa a organizar sua vida em comum com outros homens. Entretanto, difundir o ideal de naturalização da violência, em suas diversas formas se constitui algo perverso e preocupante. Nesse sentido Odália (1983, p.30), diz:

O ato rotineiro e contumaz da desigualdade, das diferenças entre os homens, permitindo que alguns usufruam à saciedade o que à grande maioria é negado, é uma violência. São os hábitos, os costumes, as leis que a mascaram, que nos levam a suportá-la como uma condição inerente às relações humanas e uma condição a ser paga pelo homem, por viver em sociedade. Agimos como a desigualdade fosse uma norma estabelecida pela natureza da sociedade contra qual pouco é possível, enquanto o ‘Mundo for mundo’.

Esta naturalização da pobreza e da desigualdade social, como mencionada no fragmento acima, é a materialização da violência representativa ou simbólica cuja principal função é propagar ideais de poder representativas de grupos dominadores. A linguagem de um grupo é o reflexo do arcabouço de conhecimentos que ele possui. Desse modo, entendemos a linguagem mais do que um simples conjunto de nomes atribuídos às coisas, e sim, como uma manifestação cultural inerente aos grupos de pessoas que vivem juntos.

A efetiva análise de um texto literário compreende o entendimento de fatores externos a sua produção e que possuem relação direta, auxiliando num maior entendimento da mensagem transmitida pelo autor. Nesse respeito, Pretti (1989, p. 218) menciona que:

Como constitui uma manifestação escrita, a linguagem literária tem afinidades maiores com essa modalidade de língua. Por mais que se pretenda aproximá-la do fenômeno da oralidade, o escrito literário pressupõe uma elaboração por parte do escritor, ainda mesmo quando sua intenção seja a de aproximar o que escreve da naturalidade da fala.

O enredo, a trama e angústias das personagens em “O Tronco” demonstram o que Pretti (1989) chama de intenção de ‘aproximar o que se escreve da naturalidade da fala’, pois dialogam com fatos vivenciados no interior de Goiás no final do século XIX, na época do “coronelismo”, o que nos leva a entender como os eventos traumáticos que construíram a história de nosso país influenciaram a literatura.

Assim, entendemos que a língua funciona como um elemento de interação entre o indivíduo e a sociedade em que ele atua. É através dela que a realidade se transforma em signos, pela associação de significantes sonoros a significados arbitrários, com os quais se processa a comunicação linguística.

Ao escrever acerca do coronelismo em Goiás, Élis (1988) dialoga com a referida Antropologia ao apresentar de modo magistral história e ficção, caracterizando suas personagens com as variantes linguísticas que expressam ideais, sentimentos e costumes do homem goiano em um recorte temporal.

Essas diferenças ocorrem nos atos concretos de fala, na mistura de palavras com ações e na substituição de palavras pela ação. Entender a língua como mediada culturalmente nos faz pensar que se objetivamos compreender o papel da língua na vida das pessoas, precisamos ir além do estudo de sua gramática e entrar no mundo da ação social, onde as palavras são encaixadas e constitutivas de atividades culturais específicas. Partindo desse pressuposto, primaremos pela compreensão de algumas formas de violência observadas na obra em análise.

As configurações da violência

Caracterizada por danos, temporários ou não, causados contra a integridade, a violência física é observada incessantemente em “O Tronco” perpassando a vida social do homem rural, goiano, do início do século XX. Essas alteridades violentas que marcam o convívio social são ratificadas por Dadoun (1998, p. 63) ao afirmar que:

É a partir do outro que ameaças, agressões, hostilidades e duros golpes nos atingem, fundamentando-se em nós. Talvez seja necessário, para dar consistência e coerência ao próprio eu, declarar o outro o detentor de – como

se fosse uma simples medida de higiene identificadora: a identidade pessoal só é possível quando se evacua no outro o mal – o violento – que cada um traz em si. (DADOUN 1998, p. 63)

Ao caracterizar a violência física como inerente ao homem, Dadoun (1998) a desapropria do perverso, tornando-a aliada a permanência humana. Referente a essa naturalização, o autor a compara a “uma medida de higiene identificadora”, pois, para ele, a identidade pessoal se completa quando desferimos no outro o violento que carregamos em nós.

Sobre a “naturalização” da violência Odália (1983, p. 9) menciona que “a violência deixou de ser um ato circunstancial para se transformar numa forma do modo de ver e de viver o mundo do homem. Entendemos, desse modo, que a violência desempenha um papel de algo substancial e recorrente à vida do homem em sociedade. Segundo o autor, ela está presente em cada um dos passos e gestos do homem moderno. Desse modo, corroboramos o estudo da violência em razão de ser algo intrínseco a existência humana e de grande recorrência em todas as esferas sociais e existenciais do homem.

Observamos, dessa forma, a possível presença da violência em todas as etapas da existência humana, relacionando a violência ao próprio “eu” do homem, envolvendo seus tratos e objetivos. Nesse sentido, Dadoun (1998, p.46) afirma que:

O recém-nascido vem ao mundo, é expulso do ventre materno, nos gritos da parturiente, sangue e dejetos, *interfaeces et urinam*. Eis aqui um dado incontestável: a entrada na vida se faz sob o signo da violência. Uma violência orgânica primeiramente, manifestada em um quadro surpreendente: como espartilhada sobre a mesa de “trabalho”, a mulher empurra, força e grita, fôlego ofegante, músculos tensos, ossatura rangente, para que seja arrancado dela o ser Misterioso que carregou. (DADOUN 1998, p.46)

Conforme observado por Dadoun (1998), a violência está intrinsecamente relacionada a própria existência do homem, desde seu nascimento. Nessa ocasião, segundo o autor, o início do processo existencial do nascituro envolve atos de violência, como ser “expulso do ventre materno, gritos, sangue, dejetos, empurrões e gritos, o que “justificaria” a presença constante da violência nos atos do homem.

A linguagem vista como forma de ação e, não apenas como estrutura, abre um precedente para uma ampla análise da fala que possibilita o estudo da linguagem violenta ratificando ideias, sentimentos e desejos do *homo violens*, sejam de natureza política, social ou interativa em sua incansável busca do poder.

A violência também se reveste de outras formas, causadoras de danos irreparáveis, de ordem psíquica. Responsável pelo constrangimento desferido a alguém pela indução de um proceder contrário a sua vontade ou em detrimento a sua liberdade, a violência psicológica envolve transtornos de ordem psíquicos, sejam através de ameaças ou danos propositais. Dessa forma, Odália (1983, p. 53) considera que:

Se o povo é a origem das normas que deverão orientar seu próprio comportamento, a mágica está em passar como dele, o que dele não é. Nesse processo, criam-se as ilusões e se as ilusões não são suficientes – nunca o são – criam-se, paralelamente, os instrumentos de intimidação, cuja finalidade maior é estabelecer o medo como condição de vida. (ODÁLIA 1983, p. 53)

Tendo o medo como um de seus principais pilares, a violência psicológica, se reveste da capacidade de constranger o homem, fazendo-o adotar um proceder contra seu ideal ou em oposição ao seu livre arbítrio. Assim, sobre essa forma de violência Odália (1983) menciona que ela pode “criar instrumentos de intimidação (...) que estabelece o medo como condição de vida”, o que, lamentavelmente, move o indivíduo a agir sob essa influência negativa, desprovido de autonomia. As frustrações e inquietudes do homem, para Odália, podem significar uma forma de violência que afeta suas emoções, pois Odália (1983, p. 76) diz:

A chamada violência revolucionária me parece como algo excessivamente fluido para que possa ser caracterizada objetivamente. O que sei é que ela pode expressar-se tanto pelo atentado político individualizado, pelo terrorismo contra grupos, por lutas armadas, greves quanto por ações de grupos e indivíduos que antes expressam suas frustrações e confusões ideológicas e mentais do que propriamente suas convicções políticas de transformações sociais. (ODÁLIA 1983, p. 76)

A ideologia do poder e dominação move as personagens representativas da liderança social a agirem violentamente e isso repercute numa violência psicológica a classe afetada, pois para Odália (1983) “os grupos e indivíduos (...) expressam suas frustrações e confusões ideológicas e mentais”. Percebemos, desse modo, o potencial demonstrado pela violência psicológica em oprimir estruturas sociais e culturais.

As mudanças de ordem social, através dos séculos, segundo Odália influenciaram o comportamento humano e sua reação diante de intimidações e do medo. Nesse sentido Odália (1983, p 52) menciona:

a mística que envolveu, por tanto tempo, o poder, sobretudo a crença de que o poder real era um direito divino, não basta mais para que os homens caíam de joelhos, temerosos e reverentes. O processo de democratização do poder, que envolveu principalmente uma maior participação popular nos meios de se a ele aceder, trouxe consigo a necessidade de novas formas de repressão, tanto para fraudar aquela participação, quanto para a apresentação do poder. (ODÁLIA 1983, p 52)

Como observado, Odália menciona “outras formas de repressão e de apresentação do poder”. Então, o exercício da autoridade, que é uma relação de forças, passaria por transformações visando o controle e a subjugação humana, Embora, de fato, sempre tenha existido a repressão ideológica e psíquica, com o tempo, se revestiu de outras formas de imposição emocional como forma de violência causando descontroles de ordem psicológica, gerando medos, transtornos e inseguranças.

Concluimos, dessa forma, que a violência psicológica tem papel relevante em “O Tronco”, sendo perceptível quando as personagens são coagidas ou recebem algum tratamento que lhes causa transtornos. Existe, ainda, outra forma de violência, a simbólica, cuja representatividade desempenha um papel primário. A violência simbólica ocorre diante da aceitação natural do que é imposto nas relações entre os indivíduos e grupos dominadores que os compõem. Esse tipo de agressão tão recorrente na história humana é ratificada por Odália (1983, p. 18) ao descrever que:

Para que o índio pudesse ser considerado um ser humano, houve a necessidade de uma bula papal, declarando ser ele possuidor de uma alma. E que os negros

até 1888 foram considerados como coisas que podiam ser compradas, vendidas, trocadas, permutadas, gastas de acordo com a vontade soberana de seu senhor. (ODÁLIA 1983, p. 18)

Assim, Odália (1983) faz uma analogia do tratamento dispensados aos negros e índios ilustrando como a forma de agir, pensar e se relacionar do grupo social dominante sempre prevaleceu, cabendo aos dominados apenas a função de propagar os interesses da classe influente, o que representa o obetivo da violência simbólica: agir em representação da classe dominante. Sobre a “naturalização” da violência representativa, Dadoun (1998, p. 52) diz que:

pensar é um ato violento; e sua *função cultural*, que visa equipar o sujeito com modelos de comportamento, sensibilidade e compreensão graças aos quais se efetuará sua integração na sociedade; uma *violência cultural*, multiforme e de pressão constante, é referida para que o sujeito, pluralidade anárquica, alcance, se conseguir, o status social de pessoa unificada e reconhecida. (DADOUN, 1998, p. 52)

Dadoun (1998) trata a violência simbólica como responsável em difundir “modelos de comportamento” arbitrados ao homem social, como condicionamento para sua integração na sociedade. Para Odália (1983, p. 9 - 14):

A violência deixou de ser um “ato circunstancial, para se transformar numa forma do modo de ver e de viver o mundo do homem”. (...) Aos poucos, a violência “perde sua forma natural de defesa para ser uma decorrência da maneira pela qual o homem passa a organizar sua vida em comum com os outros homens.” (ODÁLIA 1983, p. 9 - 14)

Percebemos a violência retratada por Odália (1983) como “uma forma de ver e de viver o mundo do homem” transmitindo a ideia de que a mesma se caracteriza como decorrente da forma do homem “organizar sua vida em comum com os outros homens”. Assim, infelizmente, a violência se desapropria de seu caráter de estranheza, revestindo-se de um senso de cotidiano que pode levar a sua maior difusão, ofuscando seu combate por sua “coisificação” ou aceitação natural.

A desigualdade social alimenta a violência representativa de classes dominantes e nesse respeito Odália (1983, p. 24) afirma:

é um paradigma, a matriz de uma situação que se perpetua na vida social do homem, onde a prática violenta só é parcialmente desvendada. E por não ser desvendada, ela é manipulada como uma prática de dominação entre desiguais. (ODÁLIA, 1983, p. 24)

Assim, Odália (1983) chama de “dominação entre desiguais” o exercício do poder que manipula ou condiciona outros a agir, de modo agressivo, visando a satisfação de interesses dos que dominam, perpassando, novamente, o ideal do que entendemos como violência simbólica, na qual a liberdade de expressão é ofuscada por “valores” impostos pela classe dominante aos dominados.

Observamos que Odália (1983) entende a violência como uma forma de organização do homem no convívio social com outros homens. Percebemos, dessa forma, como o outro desempenha papel relevante na violência, sobretudo na violência simbólica ou representativa de “ideais superiores”. Segundo Odália:

Lutar contra as injustiças, as violências, as discriminações, os privilégios, pois só assim ele poderá chegar um dia a uma sociedade em que a violência – se não abolida integralmente – pelo menos não flua tão abundantemente de estruturas cietárias que a tem como uma condição de sobrevivência (ODÁLIA, 1983, p.86).

O confronto social em represália as violências, para Odália (1983), envolve o posicionamento que significa “lutar contra”. Segundo o autor, somente assim, a violência poderá ser “abolida integralmente” ou “pelo menos não flua tão abundantemente.” Entendemos, portanto, que o exercício da liberdade e do posicionamento crítico, ainda que contrário a maioria, é um direito que deve prevalecer como forma de combate a violência e suas diversas formas. A seguir, analisaremos, de forma prática, alguns exemplos dos tipos de violência citadas anteriormente.

A violência da linguagem em “o tronco” de Bernardo Élis

Nesta seção, descreveremos excertos da obra selecionada e analisaremos traços de violência (1) física, (2) psicológica e (3) simbólica na fala das personagens diversas. Na obra analisada, a naturalidade com que o homem enxerga a violência o faz cometer atrocidades com grande nível de crueldade e sem aparente constrangimento, a exemplo do soldado Adonias ao matar o patriarca Pedro Melo, desumanizando-o, como se fosse uma cobra peçonhenta:

Havia uma agitação generalizada. Os tiros, o sangue, o toque de corneta excitavam os homens, como acontece aos oneiros. Tomando sua Comblain pelo cano, disse Adonias: Cobra a gente faz é desse jeito. Hum! Macetou a cabeça do velho com um coice o da pesada arma e saiu com ela pingando sangue por entre as canas verdes que tremulavam ao vento da manhã (ÉLIS, 1988, p. 121).

Assim, o autor por meio da expressão ao levar “um coice da pesada arma que pinga seu sangue” faz referência a uma violência física na qual o senhor Pedro Melo se torna vítima. Essa agressividade é demonstrada também na fala da personagem Enéas, soldado, que desprovido de qualquer piedade humana e a serviço dos coronéis, mata Damião, prisioneiro que representava os ideais da família dos Melo:

Enéas aproximou-se do quarto. Por baixo e pelas trinchas a fumaça saía mansamente, ondulando no ar parado. De dentro vinham gemidos e roncões. O Alfares empurrou outra vez a pesada porta de pau-d’arco. No lusco-fusco, gente estrebuchava, gente avançava com uma dificuldade medonha, arrastando

no pé o tronco em pecado de defuntos e agonizantes. Aquele que avançava vinha arquejante, soproso, aluindo a custo a penca monstruosa de cadáveres e espichava o braço tremente, espichava a cabeça num gesto descontrolado e humilhante. E falava, e falava, e falava. _ que diria aquele defunto? Que estaria ele pedindo com tanta teimosia? Enéias gritou-lhes com mais pavor do que o o soldado Mané Vitrô: “- Tu não para de pedir! Num morrem nunca?” _ E como um louco acionava o gatilho da arma até que o cão principiou a mascar em falso (ÉLIS, 1988, p. 218).

No processo de desferir a vida de sua vítima, o personagem Enéias se reveste de uma libidinosa violência que o faz ignorar suas últimas súplicas, gritando contra Damião como se fosse um “cão”. Essa agressão física tem seu ápice quando, covardemente, Enéias lhe atira em seus últimos instantes: “E como um louco acionava o gatilho da arma até que o cão principiou a mascar em falso”.

A obra de Bernardo Élis perpassa ideias, sentimentos e desejos de natureza política e social do *homo violens* em sua incansável busca do poder que resulta em inúmeros conflitos psicológicos. As aflições de uma consciência maltratada pelas infrações dos gestores em sua volta, é observada na indignação da personagem Vicente Lemes:

Uma indignação, uma raiva cheia de desprezo crescia dentro de peito de Vicente à proporção que ia lendo os autos. Um homem rico como Clemente Chapadense e sua viúva apresentando no inventário tão-somente a casinha do povoado! Veja se tinha cabimento! E as duzentas cabeças de gado, gente? E os dois sítios no município onde ficaram, onde ficaram? Ora bolas! Todo mundo sabia da existência desses trens que estavam sendo ocultados (ÉLIS, 1988, p. 4)

Coletor estadual, cumpridor de seus deveres e herói da história, Vicente Lemes ao ter seus sentimentos expostos transparece os efeitos da violência psicológica a que fora submetido diante da notória trapaça evidente no inventário forjado por Artur Melo referente a viúva de Clemente Chapadense, morto em emboscada: “Uma indignação, uma raiva cheia de desprezo crescia dentro de peito de Vicente à proporção que ia lendo os autos.”

A possibilidade de ceder a pressão e ser conivente com os erros de trapacear faz com que Lemes viva um conflito interno, resultante de sua consciência que não lhe permitia agir desonestamente. Assim, o narrador descreve as inquietudes de Lemes:

Mentalmente, Vicente examinava mais uma vez as consequências que poderiam advir de sua exigência no inventário. Não estaria fazendo besteira? Será que não estava com implicância com Artur Melo? Bem, mas o fato é que todo mundo estava falando que a viúva possuía as tais duzentas e tantas rezes e mais os dois sítios e, no entanto, por que que Artur Melo, seu advogado, não apresentou esses bens? Não havia nenhum mal: como Coletor, sua obrigação era apontá-los. Como bem dissera o juiz, era preciso denunciar. (...). Quem sabe se o próprio Artur Melo não estava com segundas intenções, querendo lesar os órfãos e a viúva? (ÉLIS, 1988, p. 8).

A construção da virtude moral evidenciada na personalidade de Vicente pode ser atribuída também ao seu ofício de coletor que cuida das finanças da Vila, assim, nada

mais justo que o Lemes demonstre esperadas reações que evidenciam a agressão psíquica sofrida: “como Coletor, sua obrigação era apontá-los. Como bem dissera o juiz, era preciso denunciar”. Essa inquietude evidenciava a presença da violência psicológica no protagonista Vicente.

A violência simbólica, demonstrada por aqueles que agiam em obediência é observada em quase toda a extensão da obra, como entre os subservientes soldados que viam na recompensa a principal motivação:

Lavradores na sua maioria, os soldados trocavam ideias ante a aproximação das chuvas. Falavam de roças, contavam ideias ante a aproximação das chuvas. Falavam de roças, contavam casos de vaquejadas, relembavam cenas da Acha é bom, sô!” Dizia Mané Vitô em voz grave, reacendendo a fogueira que desmanchava. (...)” – Quero passar fogo logo nuns pares deles, que é mode ganhar umas duas lagartixas, Eu que tenho que voltar pra Goiás como sargento, se Deus e a Virgem Santíssima me ajudar eu (ELIS, 1988, p. 72).

Para os soldados a obediência irrestrita era justificada pelo pagamento, ainda que insignificante “ ganhar umas duas lagartixas”, ou significasse sua ascensão profissional “voltar para Goiás como sargento”. Assim, o pagamento e a “progressão profissional” agiam como incentivo para atos violentos por parte dos soldados. Também é possível observar a violência como representativa de alguém ou alguma classe, conforme veremos a seguir.

A personagem, o soldado Mané Vitô, executor dos presos ao tronco, demonstra sua subserviência, exemplificando o modelo de violência representativa dos superiores: sentindo-se forte por ter sido escolhido entre muitos soldados para vigiar os prisioneiros no tronco, nutria ódio mortal pelos prisioneiros:

Tou fazendo é força pra esse tal de Arturzinho atacar...Bamo ver, cachorrada. Fala alguma coisa aí pra ver Cuma é que cachorro morre!, carecia botar todo sentido, que era reza braba igual a jararaca, não creio em Deus Padre todo-poderoso, nem criador do céu e da terra, nem creio em Jesus Cristo, que não foi concebido por obra e graça do Espírito Santo (ÉLIS, 1988, p. 172).

É notável nas ações do soldado Vitô, a absoluta lealdade aos coronéis, ainda que signifique animalizar sua vítima ou ter a obediência servil ao coronelismo acima da crença em Deus. “Cuma é que cachorro morre!, carecia botar todo sentido, que era reza braba igual a jararaca, não creio em Deus Padre todo-poderoso, nem criador do céu e da terra, nem creio em Jesus Cristo, que não foi concebido por obra e graça do Espírito Santo”. Assim, o autor deixa claro no trecho acima a existência da violência simbólica em virtude da aceitação da violência e absoluta obediência ao seu senhor, o coronel, que tem a representação de um deus para Vitô.

Em toda a conjuntura da obra é possível observar os três tipos de violência, entretanto, quando se leva em conta que, quase em sua totalidade, há demonstrações de agressões físicas por parte de policiais, soldados e jagunços a mando de “autoridades” concluímos que a obra apresenta grande recorrência da violência física que quase sempre se aplica como violência simbólica, quando levamos em conta que os atos violentos representavam as vontades dos coronéis, detentores do “poder”. “Tou fazendo é força pra esse tal de Arturzinho atacar...Bamo ver, cachorrada”

A violência psicológica, sem dúvida, teve como seu principal representante o protagonista Vicente Lemes, o qual não mediu esforços em externar suas angústias diante do impropriedade inventário e das trapaças dos coronéis. Com a aproximação da iminente morte, a dor e o desespero constituíram essa mesma violência para inúmeras personagens, o que nos fez entender que por meio da linguagem violenta reflete-se uma sociedade que parece ter se erguido sob a égide da violência em suas mais variadas configurações.

Considerações finais

O homem, sendo fundamentalmente, um ser de violência, *homo violens*, é condicionado, a todo instante, pela dualidade entre o poder e a violência, o que o faz perpassar, através de sua linguagem, o ideal de domínio como forma de sobrevivência, ainda que seja de modo violento.

Assim, ao observar a violenta disputa pelo poder entre renomados fazendeiros e coronéis que influenciavam o governo do sul de Goiás, e o envolvimento de cangaceiros, policiais e moradores da Vila do Duro (atual Dianópolis), percebemos a linguagem violenta demonstrada não somente no plano das interações individuais, mas também nas relações entre grupos em determinado espaço e época, nos remetendo a eventos marcantes da história de nosso país.

Observamos, nesse estudo, que a linguagem ultrapassa o ideal de transmitir dados, junto a ela podemos abstrair um arsenal de informações que demonstram as escolhas do homem no modo de organizar sua vida e seus ideais, mesmo que carregados de extrema violência, como a linguagem estudada.

Nesse respeito, a Antropologia Linguística, atua fortemente evidenciando o papel da língua e seu uso, destacando, sobretudo, a forma do homem se comunicar, evidenciando sua cultura e valores. Assim, observamos a linguagem, não apenas como um veículo de comunicação, mas antes, como uma forma de agir refletindo os significados construídos socialmente.

O artigo em pauta, portanto, objetivou demonstrar como a linguagem das personagens de “O Tronco” perpassa a violência física, psicológica e simbólica transmitindo ideologias da sociedade rural goiana no século XIX ratificada pela Antropologia Linguística.

A pesquisa partiu do pressuposto que a língua é um organismo vivo, em constante transformação, e que sua representatividade pela Antropologia Linguística a apresenta dentro das comunidades de falantes que exibem valores, crenças e ideais defendidos pelos mesmos em determinado recorte temporal.

Observamos, assim, a violência em suas diversas formas, mediada pela linguagem das personagens, seja a violência física, demonstrada exaustivamente pelos soldados e jagunços, ou a violência simbólica quando os subordinados cumpriam ordens ou demonstravam valores dos mandatários, ou ainda a violência psicológica, apresentada por inúmeros personagens, face as angústias e incertezas vivenciadas pela sociedade interiorana, em Goiás, no final do século XIX.

O reconhecimento da constante transformação do homem em sociedade, por sua vez, nos leva a entender que suas práticas, incluindo as que exibem violência, sofrem recorrentes mudanças.

Desse modo a violência pode ser entendida quando se destitui ou priva alguém de algo necessário para sua satisfação. Ao ser privado de algo importante e de direito, possivelmente o homem está sendo violentado e, na maioria das vezes, sairá em busca de sua compensação agredindo, “se assim julgar necessário” para fazer valer seus desejos.

Referências

- DADOUN, Roger. **A violência. Ensaio acerca do “Homo Violens.”** Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.
- DURANTI, Alessandro. ed. 2001. **Antropologia Linguística. A Reader.** Oxford, Blackwell.
- ÉLIS, Bernardo, 1915, **O Tronco: romance.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1988
- ODÁLIA, Nilo. **O que é violência.** São Paulo. Brasiliense. 1983.
- PRETI, Dino (Org.) **Análise de textos orais.** 4ª. ed. São Paulo: Humanitas Publicações, 1989. p.250.
- PRETI, D.. Norma e variedades lexicais urbanas. In: CASTILHO, A.T. de (Org.). **Português culto falado no Brasil.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.
- SOUZA, Genésio Seixas. **Linguística Histórica/Antropologia Linguística: possibilidades interdisciplinares.** In: IV Congresso Internacional da ABRALIN, 2005, Brasília. Anais (online), Brasília: ABRALIN, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/140537025/Antropologia-Linguistica>. Acesso em: 20 nov 2018.

Submetido em 02 de abril de 2019. Aprovado em 28 de junho de 2019.